

ÍNDICE GERAL

À GUISA DE INTRODUÇÃO	5
PARTE I – NORMAS DE PROCESSO CIVIL SOBRE RESPONSABILIDADE POR DÍVIDA DE CUSTAS	7
1. Regra geral em matéria de custas	7
2. Regras relativas ao litisconsórcio e à coligação	12
3. Custas processuais	14
4. Taxa de justiça	16
5. Taxa sancionatória excepcional	25
6. Encargos	27
7. Custas de parte	31
8. Atos e diligências que não entram na regra geral das custas	35
9. Responsabilidade do autor pelas custas	37
10. Repartição das custas	40
11. Custas no caso de confissão, desistência ou transação	46
12. Custas devidas pela intervenção acessória e a assistência	47
13. Custas dos procedimentos cautelares, dos incidentes e das notificações	49
14. Pagamento dos honorários pelas custas	52
15. Garantia de pagamento de custas	53
16. Responsabilidade do representante de incapazes	55
PARTE II – NORMAS DE PROCESSO CIVIL SOBRE O PAGAMENTO DA TAXA DE JUSTIÇA	57
1. Comprovativo do pagamento de taxa de justiça	57
2. Requisitos da petição inicial relativos ao pagamento de taxa de justiça	61
3. Documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça de contestação	67
4. Omissão de pagamento da taxa de justiça nos recursos	73

PARTE III – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO

DAS CUSTAS CRIMINAIS

	77
1. Responsabilidade do arguido por custas	77
2. Responsabilidade do arguido por encargos	79
3. Responsabilidade do assistente por custas	80
4. Arquivamento ou suspensão do processo	83
5. Casos de isenção do assistente	84
6. Responsabilidade do assistente por encargos	85
7. Taxa devida pela constituição de assistente	86
8. Responsabilidade do denunciante	87
9. Regras especiais	88
10. Isenções	90
11. Custas no pedido cível	91
12. Disposições subsidiárias	92
13. Requisitos da sentença quanto a custas	93
14. Requisitos da sentença absolutória	93
15. Responsabilidade pelas custas no enxerto civil	94

PARTE IV – REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

	97
1. Regras gerais	97
2. Âmbito de aplicação	98
3. Conceito de custas	99
4. Isenções	100
5. Unidade de conta	130
6. Regras gerais	133
7. Regras especiais	143
8. Taxa de justiça em processo penal e contraordenacional	151
9. Fixação das taxas relativas a atos avulsos	161
10. Taxa sancionatória excepcional	166
11. Regra geral de fixação da base tributária	167
12. Fixação do valor em casos especiais	169
13. Responsáveis passivos	175
14. Oportunidade do pagamento	180
14-A. Dispensa de pagamento da segunda prestação	189
15. Dispensa de pagamento prévio	195
16. Tipos de encargos	199
17. Remunerações fixas	204

18. Despesas de transporte	210
19. Adiantamento de encargos	212
20. Encargos	214
23. Falta de pagamento	216
24. Imputação na conta de custas	218
25. Nota justificativa	219
26. Regime	229
27. Disposições gerais	236
28. Pagamento	240
29. Oportunidade da conta	243
30. A conta	248
31. Reforma e reclamação	251
32. Pagamento voluntário	257
33. Pagamento das custas em prestações	261
34. Incumprimento e direito de retenção	265
35. Execução	269
36. Cumulação de execuções	277
37. Prescrição	279
38. Responsabilidade do Estado por custas	282
39. Destino das custas processuais	285
40. Contagem dos prazos	286
41. Tabela I	287
42. Tabela II	288
43. Tabela III	290
44. Tabela IV	291

PARTE V – DIREITO TRANSITÓRIO PADRONIZADOR 293

PARTE VI – LIQUIDAÇÃO E PROCESSAMENTO DA CONTA 305

1. Âmbito	305
2. Elaboração da conta	305
3. Sistema informático	306
6. Créditos e débitos da conta	306
7. Conta	308
7-A. Dispensa da conta	309
8. Pagamento de taxa de justiça	310
9. Quantias depositadas à ordem dos processos	310

10. Pagamentos por terceiro	311
11. Pagamento de taxa de justiça nos processos de jurisdição de menores	312
17. Meios eletrônicos de pagamento	313
18. Documento único de cobrança	315
19. Emissão do DUC	317
20. Emissão do DUC nos tribunais e conservatórias	317
21. Guias emitidas pelo tribunal	318
22. Documento comprovativo	320
23. Erros no pagamento com DUC	321
23-A. Devolução de DUC	322
25. Pagamento de multas e penalidades	322
26. Pagamento da taxa sancionatória excepcional	324
27. Pagamento	325
28. Prazo de pagamento voluntário da conta	326
29. Devoluções	328
30. Procedimento da secretaria	330
31. Procedimento das partes	330
32. Calculo dos honorários do mandatário judicial ou agente de execução	331
33. Reclamação da nota justificativa	333
34. Organismo responsável	335
35. Gestão e controlo	335
36. Receitas provenientes do sistema judicial	336
38. Quantias de valor reduzido	340
39. Custas processuais	340
40. Pagamentos	343
41. Pagamento por cheque	344
42. Nota de pagamentos	347
43. Transferências	348
46. Estruturas de resolução alternativa de litígios	349
48. Norma revogatória	350
49. Entrada em vigor	351
BIBLIOGRAFIA	353
ÍNDICE GERAL	355